



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

O problema da energia elétrica e o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul

(CONFERÊNCIA COM AS CLASSES CON-
SERVADORAS DO RIO GRANDE DO SUL,
REALIZADA NO PALÁCIO DO COMÉRCIO
DE PÔRTO ALEGRE, A 14 DE OUTUBRO
DE 1943)

SUMÁRIO

Encontro do Chefe do Governo com as classes produtoras do Rio Grande do Sul — São passados em revista assuntos de maior interesse — Escoamento da produção — Dificuldades de transporte — Como vem agindo o Governo para suprir as suas deficiências — As possibilidades da nossa produção durante e depois da guerra — O problema da energia elétrica e o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul — O plano a ser executado para aumentar o potencial hidráulico do Estado — Barragens e usinas hidro-elétricas — Outros benefícios para a economia riograndense — As secas e as inundações — O que se deve fazer para evitá-las — Obras de defesa contra os seus terríveis efeitos — As derrubadas extensivas das matas e as suas inevitáveis consequências — O problema do reflorestamento — Objetivos essenciais do programa das obras que o Governo Federal vai realizar no Rio Grande do Sul.

O encontro teve lugar no Palácio do Comércio e decorreu num ambiente de franca cordialidade, passando-se em revista diversos assuntos de maior interêsse.

O Presidente Getulio Vargas, após ouvir atentamente os comerciantes e industriais presentes, começou declarando que a crise de transportes e meios de comunicação vinha realmente afetando todo o país e sobretudo o Rio Grande do Sul por se achar mais distante dos mercados consumidores. Acrescentou, no entanto, que as dificuldades já estavam bastante reduzidas em consequência da intensificação da campanha anti-submarina.

— Tais dificuldades — continua dizendo o Chefe do Govêrno — não devem, todavia, constituir motivos de apreensão ou receios de que a produção do Estado fique estagnada. Os transportes não faltarão, mesmo porque os mercados consumidores dependem sempre dos centros produtores, quer prossiga, quer termine a guerra. No caso de prosseguir, tal consumo será exigido pela própria guerra. Se terminar breve, a situação dos países flagelados reclamará o concurso de tôdas as nações que tiverem produtos disponíveis. Os Estados Unidos vêm solicitando a colaboração do Brasil nesse sentido. Findo o conflito armado, os reclamos do consumo serão de tal modo acentuados e urgentes que talvez a produção não corresponda às exigências.

O sr. Alberto de Oliveira, Presidente da Associação Comercial, interpretando o pensamento dos seus colegas, confessa-se satisfeito com os esclarecimentos do Chefe do Govêrno, os quais — frisou — constituíam grande estímulo às atividades dos produtores. Teceu, a seguir, uma série de comentários sôbre problemas diversos. Foi

abordado, então, o da energia elétrica, indagando logo o Presidente Getúlio Vargas qual o seu preço e condições de fornecimento. Informaram-lhe que a média de consumo era de 50 mil quilovates, variando o preço da unidade entre 60 e 75 centavos. Declarou o Presidente da República que esse problema tem lhe merecido especial atenção, porque sem energia barata não pode haver desenvolvimento industrial. E afirmou que, a propósito, desejava dar aos industriais uma notícia que iria satisfazê-los sobremodo.

— Devido à última enchente, de proporções tão catastróficas — prosseguiu dizendo — deliberara o Governo fazer estudar o assunto de maneira definitiva, não só para evitar as conseqüências conhecidas, como também para acabar com as apreensões da população. Os trabalhos nesse sentido e organização dos respectivos projetos foram confiados ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, dirigido eficientemente pelo engenheiro Hildebrando Góis. Das cogitações iniciais visando defender Pôrto Alegre contra as inundações passou-se logo depois a um programa mais amplo e geral, destinado também a concorrer para o desenvolvimento econômico de todo o Estado. O projeto aprovado compreende a construção de represas e bacias de acumulação nos rios formadores do estuário do Guaíba, permitindo o aproveitamento de um grande potencial hidráulico e a irrigação das terras marginais. O Rio Grande do Sul, sendo embora o terceiro centro industrial do país, dispõe de muito pouca força motriz. As 88 pequenas usinas hidro-elétricas existentes no Estado somam no máximo 8 mil cavalos. A energia elétrica dada ao consumo é quase toda produzida por lenha, carvão, óleo cru e gás pobre. Contam-se, ao todo, 180 usinas termo-elétricas com cerca de 60 mil cavalos. O preço do quilovate resulta ele-

A ENERGIA ELÉTRICA NO RIO GRANDE DO SUL

vadíssimo. Na capital do Estado as fábricas e usinas pagam 75 centavos por unidade. Com tão alto custo de energia os produtos da indústria riograndense dificilmente poderão concorrer com os seus similares nacionais. A região nordeste do Estado é a mais necessitada de força motriz para uso industrial. Além de Pôrto Alegre, que é um grande centro fabril, compreende numerosas localidades e prósperos núcleos urbanos, como sejam: Jaguarí, São Pedro, Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo, Candelária, Santa Cruz, Jacuí, Venâncio Aires, Lajeado, Estrêla, Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias, Montenegro, São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Taquara e Nova Hamburgo. Os principais potenciais hidroelétricos dessa extensa região se acham localizados nas bacias dos rios Jacuí, Antas, Santa Cruz e Guaporé. O aproveitamento das quedas incluídas no plano elaborado deverá fornecer um total de 260 mil quilovates, quase quatro vezes o potencial elétrico hoje disponível, em todo o Estado, para utilização industrial. As barragens do Salto, no rio Santa Cruz, e a do Cuscuí, no rio Guaporé, serão as primeiras construídas, instalando-se, em seguida, três usinas nos locais denominados Bugres, Canastra e Laranjeiras, que trarão ao potencial elétrico da região nordestina, inclusive Pôrto Alegre, um acréscimo de 33 mil quilovates. No Passo do Blang, ainda no rio Santa Cruz, levantar-se-á outra barragem com a capacidade de 20 mil quilovates. Dêsse modo, o plano elaborado para o mesmo rio Santa Cruz produzirá, depois de executado, 62 mil quilovates aproveitáveis numa área já bastante industrializada. Para se ter uma idéia da importância desses melhoramentos e da sua repercussão na economia do Estado, basta considerar que Pôrto Alegre apenas dispõe, atualmente, de pouco mais de 16 mil quilovates para movimentar o seu parque fabril. A outra barragem

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

incluída na primeira etapa do plano projetado se localizará no boqueirão do Cuscuí, no alto Guaporé, próximo a Passo Fundo, devendo fornecer perto de 3 mil e quinhentos quilovates, energia bastante para atender os serviços da referida cidade e da extensa zona circunvizinha entre Caràzinho e José Bonifácio. O sul do Estado é sabidamente pobre em força hidro-elétrica. Para supri-lo será aproveitada a Cachoeira do Paredão, na bacia do Camaquã, capaz de produzir 40 mil quilovates que serão distribuídos às indústrias do Rio Grande, Pelotas e Bagé. As grandes quedas existentes nos vales do rio das Antas e do rio Jacuí ficarão reservadas para futuro aproveitamento, quando se faça necessária a utilização do seu potencial estimado em mais de 150 mil quilovates. A construção das referidas barragens, além de proporcionar extraordinário aumento ao nosso potencial hidro-elétrico, problema fundamental de que depende a expansão econômica do Rio Grande, concorrerá para corrigir, até certo ponto, o regime torrencial dos seus grandes rios. Não são de menor interêsse os benefícios que se podem tirar dos vastos represamentos de água para irrigação das culturas marginais em épocas de estiagens prolongadas. Os arrozais que se estendem pelas amplas várzeas do Jacuí encontrarão, por exemplo, nessa irrigação novos fatores favoráveis de produtividade. Como vemos, a solução proposta para o importante problema é completa. As obras iniciais vão ser logo atacadas. O projeto exigirá certamente a inversão de vultosos recursos financeiros, aproximadamente 200 milhões de cruzeiros. De qualquer forma será realizado. O Rio Grande do Sul retribuirá êsse largo esforço com o desenvolvimento em alta escala das suas atividades industriais, de possibilidades tão seguras e promissoras.

Animam-se os comentários no círculo dos ouvintes do Presidente Getúlio Vargas. Todos se mostram atentos e

não escondem a excelente impressão deixada pelas informações do Chefe do Governo. E' ainda êle quem retoma a palavra para deduzir algumas considerações oportunas sôbre o problema das sêcas e das enchentes, que tantos prejuízos trouxeram ultimamente às populações gaúchas.

— Não devemos esquecer — insiste o Presidente Getúlio Vargas — que as obras de engenharia, consistindo na retenção e no simples armazenamento das águas, não podem operar o milagre de suprimir as sêcas ou as enchentes. Só remedeiam em parte os males por elas causados, atenuando-lhes os terríveis efeitos sôbre a vida e a economia das populações. A falta e os excessos de chuvas, determinantes das longas estiagens e das inundações torrenciais, são considerados fenômenos especificamente climatéricos. O desaparecimento das florestas é dado como uma das principais causas da irregularidade e pobreza das descargas pluviais. Ora, todos sabemos a quanto chega a enorme redução sofrida pelas nossas matas. As derrubadas sucederam-se sem que se fizessem reflorestamentos equivalentes. Noutras regiões do Brasil êsses processos de “fazer desertos” têm sido e continuam sendo praticados até que o poder público, com a sua política de defesa das reservas florestais, consiga neutralizá-los. No Rio Grande, onde se desmataram para aproveitamento das culturas agrícolas e fins comerciais extensas áreas, ao longo dos cursos d'água e até nas suas nascentes, as conseqüências começam a se fazer sentir de forma inevitável. Apesar de estarmos situados na faixa sub-tropical, gozando todos os benefícios das zonas temperadas, nunca tratamos de utilizar essas vantagens naturais para o replantio das florestas. Já é tempo de fazermos a restauração ainda que parcial das reservas consumidas. Que o Rio Grande a inicie quanto antes é

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

o que devemos desejar para evitar os flagelos das inconstâncias do clima, representados pelas grandes sêcas e as grandes enchentes. Resumindo, finalmente, as ponderações feitas, podemos apresentar o programa dos empreendimentos projetados sob quatro aspectos essenciais: a) Defesa contra as enchentes e neutralização dos seus efeitos; b) Produção de energia elétrica capaz de permitir o desenvolvimento industrial em bases de competição econômica, o que não é possível com energia térmica sempre cara e sujeita a dificuldades; c) Irrigação para as lavouras intensivas em condições de compensarem as elevadas despesas de instalações e de custeio; d) Reflorestamento para corrigir as estiagens periódicas ou pelo menos para dilatar-lhes os ciclos.

A clara exposição do Presidente Getúlio Vargas sobre tão palpitante assunto foi recebida pelos presentes com aprovação sem reservas. Todos se congratularam pela oportunidade daquele proveitoso e oportuno encontro das classes produtoras com o Chefe da Nação, que aproveitou ainda o ensejo para referir-se com pormenores às principais realizações que vem empreendendo com o objetivo de promover o engrandecimento econômico do país.